

A atualidade de Paulo Freire para Educação do Campo no Brasil

di *Edgard Leite de Oliveira*^o

Resumo

Neste estudo apresentamos a atualidade das obras e práxis de Paulo Freire e relação com a Educação do campo. Dividimos em: 1- Introdução; 2- Paulo Freire; O legado de Paulo Freire na Educação do Campo; 4- Conclusão. Apresentamos os motivos e a importância deste artigo neste momento. Apesar de não ser o foco da pesquisa, apresentamos o autor e fatos importantes de sua obra para o tema abordado neste artigo. Apresentamos a Educação do Campo, uma breve reflexão sobre a criação dos cursos de licenciatura em Educação do Campo e a relação de Paulo Freire com a Educação do Campo. Por último, abordamos a importância do autor e suas referências para educação brasileira e mundial no centenário de seu nascimento.

Palavras-chave: Paulo Freire; Trabalho; Educação.

Paulo Freire's relevance for Field Education in Brazil

Abstract

In this study we present the actuality of Paulo Freire's works and praxis and its relation with rural education. We divide it in: 1- Introduction; 2- Paulo Freire; 3- Paulo Freire's legacy on rural education; 4- Conclusion. We present the reasons and the importance of this article at this moment. Although it is not the focus of this research, we present the author and important facts of his work for the theme addressed in this article. We present Field Education, a brief reflection about the creation of degree courses in Field Education and Paulo Freire's relation with Field Education. Finally, we address the importance of the author and his references for Brazilian and world education in the centenary of his birth.

Keywords: Paulo Freire; Work; Education.

^o Universidad Federal de Viçosa, Brasile. Corresponding author: edgard.leite@ufv.br.

First submission: 05/03/2022, accepted: 05/04/2022

Available online: 18/07/2022

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas pesquisas e ideias relacionadas ao legado de Paulo Freire para a educação brasileira, mais precisamente uma reflexão quanto à relação da obra de Freire com a Educação do Campo.

Consideramos impossível tratar a obra de Paulo Freire, assim como a sua intervenção no mundo, em uma perspectiva unitária. Talvez “*atualidades*” seria a palavra mais apropriada para se pensar a vasta obra de Freire, incapaz de ser abarcada em um estudo das dimensões de um artigo científico. Da mesma forma, a Educação do Campo no Brasil não pode ser totalmente revistada em um trabalho.

Nessa perspectiva, apontaremos diálogos entre Paulo Freire e a Educação do Campo, atentando-nos mais à sua prática enquanto educador e coordenador de políticas públicas e a educação do campo contemporâneo. Não aprofundaremos especificamente em algumas de suas obras e conceitos, mas em sua práxis enquanto legado.

Tal perspectiva, apesar de atemporal, é motivada pelo centenário do nascimento de Paulo Freire. O ano de 2021 foi repleto de eventos, homenagens e reflexões sobre vida e obra do autor. Em vários países, foram revisitados períodos da sua vida, trajetórias, intervenções, obras e práticas educativas.

Este artigo também foi motivado pelo congresso: *Hacer Educación: La actualidad de Paulo Freire a cien años de su nacimiento (1921-2021)*, realizado pela “Red Latinoamericana para el cambio social e aprendizaje emancipatório¹” com sede fundadora na Universidade de Siena, Itália. Na ocasião participamos da mesa “El método freiriano: temas y experiencias en América Latina”.

Paulo Freire

Nascido em 19 de setembro de 1921, em Recife, Brasil, Paulo Freire realizou diversos estudos, ensaios e pesquisas no campo da educação.

¹ <https://www.redlatinoamerica.org/>.

Considerado um educador de múltiplos conhecimentos e saberes, foi um pensador das relações sociais e políticas mediadas pela educação, sendo reconhecido como o Patrono da Educação Brasileira².

Para além de pensador, filósofo e estudioso, destaca-se a sua ampla trajetória de ação em processos educativos, principalmente na alfabetização de jovens e adultos, prezando de forma precípua a união entre teoria e prática. Freire pensava a escola, os espaços educativos, os saberes e as aprendizagens como instrumentos de emancipação dos sujeitos e consequente melhoria de vida, superando-se a contradição entre opressor e oprimido por meio de uma pedagogia libertadora. “A práxis (...) é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (Freire, 1970).

A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação (...) tem que ter, nos próprios oprimidos que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos. Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um tratamento humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para a sua “promoção”. Os oprimidos hão de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção (Freire, 1970).

Um dos exemplos mais marcantes da trajetória de Freire, no que concerne à sua atuação educativa, ocorreu no início dos anos de 1960, na cidade de Angicos, no estado do Rio Grande do Norte. Na experiência, que ficou conhecido como “Experiência de Angicos”³.

O trabalho da equipe do Recife foi o de ir a Natal capacitar a equipe de Marcos, que partiu depois para Angicos. O primeiro trabalho dessa equipe foi fazer o universo vocabular da região. Nunca me esqueço que a primeira palavra geradora de Angicos foi – belotal, uma corruptela de borlota, que é exatamente esse negócio de pôr em rede, em cortina. Por que isso? Nessa região se trabalhava muito com couro e eles usavam nos rebenques exatamente uma borlota, mas que o povo chama belota. Essa foi a primeira palavra geradora, de uma riqueza extraordinária, em ambos os aspectos, sociológicos e linguísticos, porque ela introduzia três famílias silábicas, a do ba-be-bi-bo-bu, e do la-le-li-lo-lu, e a do ta-te-ti-to-tu. Ela em si abria a possibilidade de criação de novas palavras. Depois dessa seleção feita, os

² Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112612.htm>. Acesso em: 22 de dezembro de 2021.

³ Para saber mais sobre a “Experiência de Angicos”: Secern, N. (1963). A experiência de Angicos; Secern, N. (1963a). Angicos I: a experiência de Angicos.

meninos foram e passaram a morar lá. Um mês depois tinha trezentas pessoas lendo e escrevendo (Fala de Paulo Freire para o Instituto Paulo Freire e Comissão de Anistia in Gadotti & Abrão, 2012).

O educador e sua equipe ensinaram cerca de 300 cortadores de cana a ler e escrever⁴ no prazo de 45 dias, totalizando 40 horas de aula. A alfabetização se dava por meio das chamadas “palavras geradoras”, que pertenciam ao universo vocabular dos alunos.

Estas palavras são chamadas geradoras porque, através da combinação de seus elementos básicos, propiciam a formação de outras. Como palavras do universo vocabular do alfabetizando, são significações constituídas ou reconstituídas em comportamentos seus, que configuram situações existenciais ou, dentro delas, se configuram. Tais significações são plasticamente codificadas em quadros, slides, filmes, etc., representativos das respectivas situações, que, da experiência vivida do alfabetizando, passam para o mundo dos objetos. O alfabetizando ganha distância para ver sua experiência: “admirar”. Nesse instante, começa a descodificar (Freire; 1970).

Na época, Freire ocupava o cargo de Diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife e logo foi convidado a elaborar um programa nacional de alfabetização. Pouco depois, em 1964, um golpe militar instaurou uma Ditadura no país, Freire foi preso e acabou exilado por 15 anos.

Entender a real importância de um educador que alfabetiza jovens e adultos no Brasil da década de 1960 necessita de uma abordagem histórica mais ampla. No período, a população trabalhadora dos países da América Latina vivia à margem de direitos básicos, desamparada de instituições públicas, políticas de saúde, saneamento básico e educação. No Brasil, cerca de 40% da população adulta era analfabeta nesta década, o que equivalia a mais de 15 milhões de pessoas⁵.

A maioria das ações e políticas, na tentativa de solucionar esse grave quadro, apontava para concepções educacionais envolvidas em ações de longo prazo e de alto investimento em infraestrutura. Eram ações focadas e destinadas prioritariamente às escolas e centros educacionais das maiores

⁴ Plantar, colher e “cortar” cana-de-açúcar são trabalhos realizados historicamente no Brasil por pessoas que foram escravizadas, principalmente entre os séculos XVII e XIV. Eram homens e mulheres de pele preta, povos “negros”, vindos de diversos países do continente africano e seus descendentes. Na atualidade, mesmo que em menor número, existem registros de trabalho escravo ou semi-escravo nas plantações de cana-de-açúcar no Brasil.

⁵ O Analfabetismo no Brasil sob o Enfoque Demográfico. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2644/1/td_0639.pdf>. Acesso em: 27 de dezembro de 2021.

idades, onde a infraestrutura, com base no pensamento educacional da época, apresentava as melhores condições de receber escolas e educadores, assim como políticas educacionais.

Dessa forma, a população que vivia longe dos maiores centros urbanos, nas periferias das grandes cidades, regiões interioranas e com escassa infraestrutura sucumbia com pouco ou nenhum acesso à educação. Gerava-se, assim, um número crescente de pessoas, em sua maioria trabalhadoras e trabalhadores pobres, sem acesso à educação.

Paulo Freire⁶, nesse contexto, apresenta uma possibilidade concreta de mudar a situação educacional no Brasil, colocando uma alternativa que poderia trazer resultados satisfatórios em um curto espaço de tempo e com baixo investimento. Essa visão emancipadora da educação, colocada como uma ferramenta para superar condições sociais, no entanto, esbarra em uma elite oligárquica, industriais e políticos, que enxergam na proposta de alfabetização de jovens e adultos de Freire uma possibilidade de enfrentamento de classe e interesses com a população mais pobre, que estaria ciente dos seus direitos e com melhores condições de organização.

...um golpe de Estado (1964) que não só deteve todo este esforço que fizemos no campo da educação de adultos e da cultura popular, mas também levou-me à prisão por cerca de 70 dias (com muitos outros, comprometidos no mesmo esforço). Fui submetido durante quatro dias a interrogatórios, que continuaram depois no IPM do Rio. Livrei-me, refugiando-me na Embaixada da Bolívia em setembro de 1964. Na maior parte dos interrogatórios a que fui submetido, o que se queria provar, além de minha “ignorância absoluta” (como se houvesse uma ignorância ou sabedoria absolutas; esta não existe senão em Deus), o que se queria provar, repito, era o perigo que eu representava. Fui considerado como um “subversivo internacional”, um “traidor de Cristo e do povo brasileiro”, “Nega o senhor – perguntava um dos juizes – que seu método é semelhante ao de Stalin, Hitler, Perón e Mussolini? Nega o senhor que com seu pretendido método o que quer é tornar bolchevique o país?...” (Freire, 1979, p. 10).

Freire viveu até 1997 como educador, filósofo e escritor propondo alternativas para a educação comunitária, seja no Brasil ou no mundo. Sua vasta obra e ações políticas sempre foram alvo de perseguições. Seu legado, no entanto, permanece vivo e continua despertando reflexões, análises. Um

⁶ Ana Maria Araújo Freire, esposa de Paulo Freire, escreveu uma biografia intitulada “Paulo Freire: Uma História de Vida”. Na obra, existe referências importantes sobre a participação política de Paulo Freire em diversos momentos da sua vida. Referência: Freire, Ana Maria de Araújo Paulo Freire: uma história de vida. – 1ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2018.

contraponto às tentativas de apagamento e esquecimento. Desta forma, consideramos o autor e sua obra atuais, para a educação mundial.

Legado de Paulo Freire na Educação do Campo

A educação do campo

Neste artigo, conceituaremos as regiões rurais do Brasil como “campo” e os seus habitantes como “povos do campo”. Quanto a esta última, trata-se de uma denominação coletiva, que abrange toda a complexa diversidade das populações que residem distante dos centros urbanos no país (Caldart, 2003).

O campo no Brasil apresenta elementos singulares quanto ao tempo e ao espaço, mas também consonantes com a América Latina, região marcada pela luta pelos direitos à terra, alimentação, educação, entre outros. No que concerne à educação, foco deste trabalho, faz-se importante ressaltar a atuação de diversos movimentos sociais do campo³. Um exemplo é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que tem como uma das suas principais pautas de reivindicações uma efetiva educação escolar do campo. O MST entende a educação do campo não apenas como a necessidade de implantação de escolas nos assentamentos, mas a implantação de escolas que não trabalhem na perspectiva convencional urbana e, sim, considerem a especificidade do meio onde estão inseridas (Caldart, 2003).

A escola do campo é, justamente, resultado de reivindicações dos movimentos de trabalhadores, inseridos no contexto das lutas por educação de qualidade no campo e para o campo, estendendo este como cenário de contradições que devem ser superadas, tendo a educação como ferramenta para esse processo de ruptura com a realidade opressora imposta aos sujeitos do campo em seus territórios (Molina & Sá, 2012). Dessa forma, a escola do campo “se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escolas hegemônicas e ao projeto de educação proposto à classe trabalhadora pelo sistema do capital” (Ivi, p. 324).

O projeto de campo e de Educação do Campo traz a marca histórica da participação da diversidade de coletivos e de movimentos, diversidade que o enriquece e lhe confere maior radicalidade político-pedagógica. Como explorar essa riqueza político-pedagógica no projeto educativo do campo, nos currículos de formação e de educação básica, na pedagogia dos movimentos? Um dos caminhos é aprofundar a contribuição dos coletivos

diversos na conformação dos princípios-matrizes formadoras da Educação do Campo destacados nas análises (Arroyo, 2012, p. 231).

Como dito anteriormente, o conceito de “populações do campo” abarca uma grande diversidade, como populações indígenas de várias etnias, quilombolas, agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores, sem terras, sertanejos e outros. Ou seja, a Educação do Campo precisa ainda atentar-se à realidade na qual está inserida para efetivamente cumprir o seu papel, visto a enorme gama de populações aí inseridas.

A Educação do Campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse à sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade (Caldart, 2008, p. 67).

Sendo assim, além de elaborar um currículo que seja formal dentro das normas educacionais existentes no Brasil, a Educação do Campo deve absorver a singularidade e a diversidade dos saberes populares no seu Projeto Político-Pedagógico (PPP)⁴, documento que tem a função de sistematizar a intencionalidade do trabalho político-pedagógico da unidade escolar. Ao ser colocado em prática, o projeto direciona as ações escolares, fazendo a escola atuar como agente transformador, contemplando, dessa forma, as ações planejadas pelos atores envolvidos na sua construção (Veiga, 1997).

Ao mesmo tempo em que se desenvolve a práxis da Educação do Campo, consolida-se a luta por políticas públicas voltadas a ela. Nesse sentido, há importantes conquistas proporcionadas pela luta das organizações das trabalhadoras e trabalhadores. Uma delas foi a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação)⁷. Trata-se de um documento relevante em relação aos projetos político-pedagógicos das escolas do campo. O seu Artigo 5º expõe que:

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo único. Para observância do estabelecido neste artigo, as propostas pedagógicas das escolas do campo, elaboradas no âmbito da autonomia dessas instituições, serão desenvolvidas e avaliadas sob a orientação das Diretrizes

⁷ Parecer nº 36/2001 e Resolução nº 1/2002 do Conselho Nacional de Educação disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECEBN362001.pdf>.

Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo

No final dos anos 1990, algumas experiências de Educação do Campo começaram a ser implementadas nas universidades brasileiras⁸. O ensino superior se apresentou aos movimentos sociais como uma possibilidade de formalização e ampliação dos saberes educacionais formais e de formação de professores para atuar no campo. Por outro lado, tal relação apresentou às instituições de ensino os saberes dos povos do campo. Da mesma forma, as experiências das escolas do campo possibilitaram um vasto arcabouço de conhecimentos práticos e sistematizados para a elaboração da ciência educacional.

Somente na primeira década dos anos 2000, no entanto, a formação de profissionais para essas escolas foi sistematizada em uma política pública. Foi quando organizações sociais e universidades públicas criaram o que viria a ser um projeto de implementação de cursos de licenciatura em Educação do Campo em 42 universidades pelo país⁹. A implementação dos cursos teve início em 2012, a partir da elaboração de projetos político-pedagógicos, dos currículos, dos conteúdos e da contratação de professores e profissionais técnico-administrativos. Em 2014, iniciam-se as primeiras turmas de Licenciatura em Educação do Campo como uma política pública do governo federal.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) recebeu a primeira turma de estudantes em 2014. O curso tem duração de oito semestres e proporciona a formação específica em Ciências da Natureza. A proposta pedagógica da graduação foi elaborada conforme solicitação do edital, os princípios e marcos normativos da Educação do Campo.

A proposta foi de matrícula anual, iniciando-se com 120 estudantes, número que diminui progressivamente até a admissão de 60 em 2021. Em dezembro de 2017, com as entradas das turmas de 2014, 2015, 2016 e 2017, somavam-se 321 matriculados. Os alunos eram de 82 municípios divididos entre os estados de Minas Gerais (82%), Espírito Santo (9%), Bahia (1,8%), Rio de Janeiro (1,8%) e Paraíba (0,3%).

⁸ Destaco a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com as experiências dos cursos de Pedagogia da Terra, Educação Indígena, assim como, os diversos projetos de ensino, extensão e pesquisa desenvolvidos junto aos movimentos sociais do campo.

⁹ Edital de seleção nº 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC.

Paulo Freire e a Educação do Campo

Paulo Freire teve consolidada trajetória junto à educação desenvolvida longe dos grandes centros urbanos. Dessa forma, não é de se espantar que o seu pensamento seja uma importante referência para a Educação do Campo. O pensamento da educação comunitária e popular dos anos 1960 influenciou uma mudança de paradigma educacional e a forma de se pensar a educação, sendo a atuação e o pensamento de Paulo Freire centrais nesse processo.

O campo brasileiro é marcado por vastas singularidades e múltiplas identidades e riquezas culturais. As formas de produção de alimentos e a relação com a natureza também são variadas. No entanto as populações do campo têm direitos básicos negados, enfrentando sérias dificuldades para acesso à saúde, educação e cidadania, sofrendo ainda com o não reconhecimento da sua cultura e saberes.

Era justamente em populações mais pobres e com maior dificuldade de acesso a direitos que Paulo Freire concentrava os seus estudos e ações educacionais. Exemplo é o processo de alfabetização já narrado neste artigo. Podemos, portanto, constatar imediatos paralelos entre o pensamento freiriano e as possibilidades da Educação do Campo, ainda que o Brasil possua uma ampla diversidade de concepções, autores e experiências na área.

Outra relação entre Paulo Freire e a Educação do Campo é o uso do vocabulário e da linguagem das populações nos processos de ensino e aprendizado. Paulo Freire apontava que a alfabetização precisa buscar ferramentas de diálogo com o cotidiano dos alunos. Freire (2006, p.85): Somente uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, integrada com seus problemas, levará os seus estudantes a uma nova postura diante dos problemas de contexto.

Da mesma forma, a Educação do Campo tem como primícia essa relação: a inserção da população campo desde o conteúdo até o método aplicado, valorizando e reconhecendo sua diversidade, saberes, expressões culturais e ensinamentos.

As práxis de Paulo Freire e a Educação do Campo no Brasil estão focadas na população do campo e das periferias das grandes cidades. Dialogam com as realidades material e cultural, além das identidades locais e concepções de mundo. Podemos apontar a convergência entre Paulo Freire e Educação do campo, que aponta para propostas educativas que ajudem os estudantes a refletir e conhecer o mundo, suas potencialidades, cultura, relações sociais, dores, opressões e explorações.

A cultura como agente das transformações, também quer dizer, a superação por exemplo de uma cultura profundamente paternalista e fatalista, em que um camponês se perdia na perda de si mesmo, enquanto objeto quase puro do processo de produção, excluído do processo de produção. Quando ele se reincorpora ao processo de produção, evidentemente ele ganha uma posição social, histórica e cultural que ele não tinha. Ele termina a partir das transformações que ele vê realizando-se socialmente na sua comunidade, ele descobre que agora o fatalismo, já não explica coisa nenhuma, então ele descobre que tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a história, de transformar a cultura, então da posição fatalista, ele renasce numa posição de inserção, de presença na história, não mais como objeto dela, mas também como objeto da história¹⁰.

Tanto para Freire quanto na Educação do Campo, além da busca pela consciência acerca da realidade, coexistem propostas de transformações de paradigmas para a construção de um mundo melhor.

... é na realidade uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada e quando se torna um ‘percebido destacado’ pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade” (Freire, 1992, p. 206).

Acredita-se na possibilidade de capacitar homens e mulheres para intervir na sociedade e executar mudanças para a vida comunitária e mudanças estruturais na construção de um mundo mais justo e igualitário.

Conclusão

A atualidade da obra de Paulo Freire para a educação mundial é constatada nas diversas obras, eventos, congressos e publicações sobre ele produzidos desde a sua morte, em 1997. Este artigo apresenta como a sua obra e a sua práxis educativa se refletem também na educação do campo no Brasil, sendo de fundamentais importância e contribuição.

O pensamento freiriano, ao colocar a educação como ferramenta libertadora e de rompimento da relação opressão-oprimido, tem especial importância em um país ainda marcado por graves dificuldades de acesso ao direito básico da educação, sobretudo por parte das populações

¹⁰ Depoimento gentilmente concedido ao prof. Bernardo Mançano Fernandes, em 1996, para elaboração de vídeo documentário da Educação do Campo, a partir das experiências do MST, e publicado no livro *Pedagogia da Tolerância*, organizada por Ana Maria Araújo Freire, publicada pela Editora da Unesp, 2004. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Paulo_Freire_depoimento_1996.pdf.

marginalizadas, entre as quais se encontram as populações do campo. Da mesma forma, a educação a partir do prisma de Freire preconiza métodos que consideram fundamentais a realidade do aluno e a transformação da sociedade, princípios fundamentais também da Educação do Campo, conforme entendimento aqui adotado.

Manter vivo e reivindicar o legado de Paulo Freire são estratégias especialmente importantes no período atual. Nos últimos anos, especialmente de 2018 a 2021 (ano do centenário de nascimento de Paulo Freire, principalmente, após a eleição de Jair Messias Bolsonaro, para presidente do Brasil, ganharam fôlego movimentos para apagar a história de Paulo Freire, suas obras e legados. Existe um projeto de lei, que tramita no Congresso Nacional, na tentativa de revogar o título de patrono da educação dado a Freire¹¹.

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1984), Paulo Freire foi preso e acabou exilado por 15 anos, tendo a sua obra atacada e censurada no país, além de diversas outras perseguições políticas.

Apresentamos, as contribuições, legado e atualidade para a educação nas obras de Paulo Freire, a educação como um ato de amor e proposta de liberdade para a humanidade.

Referências bibliográficas

- Arroyo, M. G. (2012). Diversidade. In: Pereira, I. B. et al. *Dicionário da Educação do Campo*.
- Brandão, C. R. (1991). *O que é o Método de Paulo Freire?* (Ed. 27). Editorial Brasiliense.
- Caldart, R. S. (2003). Movimento Sem Terra: lições de pedagogia. *Currículo sem fronteiras*, 3(1), pp. 50-59.
- Caldart, R. S. (2008) In Santos, C. A. dos. (org.) *Sobre Educação do Campo. Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação*. Brasília, DF.
- Coelho, E. P. (2019). *Pedagogia da Correspondência, Paulo Freire e a Educação por Cartas e Livros*. São Paulo: Editora BT Acadêmica/ Liber Livros.
- Estevam, D. D. O. (2003). *Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância*. Florianópolis, SC: Insular.
- Freire, A. M. A. (1996) A voz da esposa: A trajetória de Paulo Freire. In M. Gadotti (org.), *Paulo Freire: Uma Bibliografia*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; UNESCO.

¹¹ “Projeto revoga lei que declarou Paulo Freire patrono da educação”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/558470-projeto-revoga-lei-que-declarou-paulo-freire-patrono-da-educacao>.

- Freire, A. M. A. (2018). *Paulo Freire: uma história de vida*. (1. ed.) São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1979) *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2000). *Educação como Prática da Liberdade*. Apêndice pg. 131. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2002). *Para trabalhar com o Povo*. (2 Ed.) São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude.
- Freire, P. (2006). *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- Gadotti, M. (1996). A voz do biógrafo brasileiro: a prática à altura do sonho. In M. Gadotti, (org.) *Paulo Freire: Uma Biobibliografia*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; UNESCO.
- Gadotti, M., & Abrão, P. (Org.) (2012). *Paulo Freire anistiado político brasileiro*. São Paulo: Instituto Paulo Freire; Comissão da Anistia; Ministério da Justiça.
- Molina, M. C., & Sá, L. M. (2012). Escola do Campo. In Pereira, I. B. et al., *Dicionário da Educação do Campo*.
- Veiga, I. P. A. (1997). *Projeto político-pedagógico da Escola: Uma Construção Possível*. 3º ed. SP: Papirus.
- Veiga, I. P. A. (2004). *Educação Básica e Educação Superior: Projeto político pedagógico*. 3º ed. SP: Papirus.